CARTA DE PROPOSTAS

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E FAMÍLIAS ATÍPICAS

Cuidar, incluir e garantir dignidade

18 propostas para ampliar acesso à saúde, reabilitação, educação, acessibilidade, proteção social, inclusão profissional, apoio aos cuidadores e pesquisa.

Agenda de políticas públicas e cooperação institucional

APRESENTAÇÃO

Esta Carta de Propostas reúne iniciativas voltadas às pessoas com deficiência, pessoas atípicas e suas famílias, com atenção especial ao acesso à saúde, reabilitação, educação, acessibilidade, proteção social, inclusão profissional e apoio aos cuidadores.

O objetivo é transformar necessidades vividas diariamente pelas famílias em propostas concretas de políticas públicas, buscando integração entre União, Estados, Municípios, universidades, entidades especializadas e iniciativa privada.

PRINCÍPIOS DA CARTA

Acesso • Inclusão • Autonomia • Transparência • Dignidade

1. SAÚDE E TRATAMENTO MAIS PERTO DAS FAMÍLIAS

1 — Centros de Tratamento nos bairros

Incentivar a implantação de centros de tratamento, reabilitação e clínicas especializadas de forma descentralizada, aproximando os serviços das famílias e reduzindo longos e frequentes deslocamentos.

2 — Rede de profissionais especializados

Ampliar a formação e qualificação de pediatras, terapeutas, fisioterapeutas e demais profissionais da saúde para o atendimento adequado de crianças, adolescentes e adultos com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e outras necessidades específicas.

3 — Mais especialistas pelo SUS

Buscar mecanismos para ampliar o acesso, pelo SUS, a profissionais especializados, incluindo neuropediatras e outras especialidades com demanda relevante para diagnóstico, acompanhamento e tratamento.

4 — PPPs para Centros de Reabilitação

Estimular Parcerias Público-Privadas e outros modelos juridicamente adequados para ampliar a construção, estruturação e manutenção de centros especializados de tratamento e reabilitação.

2. PROGRAMA MÃES ATÍPICAS

5 — Centros de acolhimento e cuidado para mães e cuidadores

Propor a criação do Programa Mães Atípicas, com espaços destinados ao acolhimento e apoio aos responsáveis pelo cuidado de pessoas com deficiência ou necessidades específicas.

Os centros poderão oferecer atendimento psicológico, encaminhamento psiquiátrico quando necessário, cursos de qualificação profissional, atividades físicas, orientação social e ações destinadas à saúde e ao bem-estar dos cuidadores.

Cuidar de quem cuida também deve fazer parte das políticas públicas.

3. PROGRAMA ESPERANÇA

6 — Equipamentos de mobilidade e recursos assistivos

Propor o Programa ESPERANÇA, destinado a ampliar o acesso da população de baixa renda a equipamentos e recursos essenciais, conforme critérios técnicos e socioeconômicos.

Entre os itens previstos: cadeiras de rodas; muletas; próteses e órteses; andadores; óculos; aparelhos auditivos; outros equipamentos e tecnologias assistivas.

O programa poderá integrar recursos públicos, doações e parcerias com empresas e organizações da sociedade civil.

4. RENDA, DIREITOS E PROTEÇÃO SOCIAL

7 — Orientação e assistência jurídica

Fortalecer mecanismos de orientação e assistência jurídica para que pessoas com deficiência e famílias atípicas conheçam seus direitos e possam acessar, quando preencherem os requisitos legais, benefícios e programas sociais.

8 — Complementação de renda

Articular com Estados e Municípios programas destinados a famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente para auxiliar em despesas recorrentes relacionadas aos cuidados, como fraldas, medicamentos e outros itens essenciais.

9 — Proteção previdenciária

Estudar e propor mecanismos específicos de proteção previdenciária para pessoas com deficiência e pessoas com necessidades permanentes de apoio, observando critérios médicos, sociais, jurídicos e a sustentabilidade do sistema previdenciário.

5. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

10 — Creches, escolas e atendimento educacional especializado

Ampliar a estrutura educacional inclusiva e o atendimento especializado para estudantes que necessitem de suporte específico, com profissionais qualificados, acessibilidade e acompanhamento adequado.

11 — Incentivos para escolas inclusivas

Estudar mecanismos de incentivo tributário, dentro das competências legais de cada ente federativo, para estimular investimentos privados em acessibilidade, inclusão e atendimento educacional especializado.

12 — Incentivos para creches empresariais

Propor segurança jurídica e estudar incentivos para empresas que implantem creches e estruturas de apoio aos filhos de seus trabalhadores, respeitando os critérios previstos em lei.

6. EMPREGO, AUTONOMIA E OPORTUNIDADES

13 — Incentivo à empregabilidade das pessoas com deficiência

Estudar incentivos tributários e outros instrumentos legais que estimulem empresas a ampliar a contratação, capacitação e permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sem redução das garantias trabalhistas existentes.

O objetivo deve ser promover emprego, renda, autonomia e dignidade.

7. ACESSIBILIDADE E TRANSPORTE

14 — Cidades mais acessíveis

Criar mecanismos de cooperação com as prefeituras para ampliar a acessibilidade urbana, com atenção às calçadas, rampas, travessias, prédios públicos, espaços de lazer e demais equipamentos urbanos.

15 — Transporte público acessível

Incentivar investimentos na modernização e ampliação da acessibilidade no transporte coletivo, garantindo condições adequadas de mobilidade e segurança.

A acessibilidade deve ser considerada desde o planejamento das cidades, e não apenas como uma adaptação posterior.

8. FISCALIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

16 — Fiscalização dos recursos destinados ao atendimento especializado

Fortalecer a fiscalização, a transparência e a avaliação dos serviços prestados por entidades que recebem recursos públicos para atendimento de pessoas com deficiência e pessoas atípicas.

A prioridade deve ser garantir que os recursos cheguem efetivamente aos atendimentos, ampliando a qualidade, a capacidade e a transparência dos serviços oferecidos.

9. INICIATIVA PRIVADA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

17 — Parcerias para tratamentos e equipamentos

Buscar a participação da iniciativa privada no financiamento, implantação e manutenção de centros especializados, bem como em programas de doação de equipamentos e tecnologias assistivas.

A proposta é unir poder público, empresas, universidades e sociedade civil para ampliar a capacidade de atendimento.

10. DOENÇAS RARAS, PESQUISA E INOVAÇÃO

18 — Pesquisa científica sobre doenças raras

Criar instrumentos de cooperação entre poder público, universidades, hospitais, centros de pesquisa e iniciativa privada para incentivar estudos científicos relacionados às doenças raras.

As iniciativas poderão abranger pesquisa, diagnóstico, formação de profissionais, desenvolvimento de tecnologias assistivas e novas possibilidades terapêuticas, respeitando as normas científicas, éticas e sanitárias aplicáveis.

UM COMPROMISSO COM DIGNIDADE E INCLUSÃO

Pessoas com deficiência e famílias atípicas enfrentam desafios que envolvem saúde, educação, mobilidade, renda, emprego, acessibilidade e acesso aos serviços públicos.

Esta Carta propõe transformar essas demandas em uma agenda permanente de trabalho, baseada em acesso, inclusão, autonomia, transparência e dignidade.

Nenhuma família deve precisar enfrentar sozinha uma jornada que exige atendimento de diferentes áreas do poder público.

Tratamento mais perto.

Acessibilidade de verdade.

Apoio para quem cuida.

Inclusão com oportunidades.

Pesquisa para doenças raras.

Respeito e dignidade para todos.